

CONCURSO PÚBLICO COM PUBLICIDADE INTERNACIONAL

**AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO DO SISTEMA DE
MEDIÇÃO DE CAUDAIS DA ZONA SUL DA ÁGUAS DO TEJO
ATLÂNTICO - 2025_2028, POR LOTES**

TA_25_030_CI_S_003_DGA

CADERNO DE ENCARGOS

**LOTE I – MANUTENÇÃO DO SISTEMA DE MEDIÇÃO DE CAUDAIS DA
ZONA SUL DA ÁGUAS DO TEJO ATLÂNTICO - ADS, FLOWTRONIC**

**LOTE II - MANUTENÇÃO DO SISTEMA DE MEDIÇÃO DE CAUDAIS DA
ZONA SUL DA ÁGUAS DO TEJO ATLÂNTICO – NIVUS**

maio 2025

CAPÍTULO I

DISPOSIÇÕES GERAIS

Cláusula I.^a

Objeto

1. O presente Caderno de Encargos compreende as cláusulas a incluir nos contratos a celebrar, na sequência do procedimento pré-contratual que tem por objeto principal a **Aquisição de Serviços de Manutenção do Sistema de Medição de Caudais da zona sul da Águas do Tejo Atlântico - 2025-2028, por Lotes**.
2. A Aquisição de Serviços em causa compreende 2 (*dois*) lotes, correspondendo cada contrato a cada um dos seguintes lotes:
 - a) Lote I – Manutenção do Sistema de Medição de Caudais da zona sul da Águas do Tejo Atlântico - ADS, FLOWTRONIC;
 - b) Lote II - Manutenção do Sistema de Medição de Caudais da zona sul da Águas do Tejo Atlântico – NIVUS.
3. Para um maior detalhe e identificação dos equipamentos abrangidos por este Caderno de Encargos, deverão ser consultados os **Anexos III e IV** do Programa do Concurso.
4. Para um maior detalhe e identificação dos locais abrangidos por este Caderno de Encargos, deverá ser consultado o **Anexo V** ao Caderno de Encargos.
5. A Tejo Atlântico reserva-se o direito, por circunstâncias supervenientes e exógenas à mesma, de incluir ou retirar instalações/equipamentos semelhantes e que pertençam aos locais identificados no **Anexo V** do Caderno de Encargos.
6. Verificado o facto constante do número anterior, a Tejo Atlântico, poderá reduzir o objeto e preço do contrato ou estender o mesmo a outras instalações/equipamentos, em condições a acordar com Cocontratante, tendo por base as condições fixadas no presente Caderno de Encargos.
7. Caso se verifique a ampliação das instalações objeto da presente Aquisição de Serviços, o Cocontratante obriga-se a assegurar a sua manutenção em conformidade com o presente Caderno de Encargos e com a sua proposta, não constituindo tal facto, causa para recusa de manutenção das referidas instalações/equipamentos, sem prejuízo do direito à modificação do contrato, relativamente aos encargos que comprovadamente acrescerem aos constantes na proposta apresentada e decorrentes dessas ampliações, o qual será efetuado mediante

acordo entre a Tejo Atlântico, e o Cocontratante, nos termos do Código dos Contratos Públicos (“CCP”) e tendo por base as condições fixadas no presente Caderno de Encargos;

Cláusula 2.^a

Definição de Termos

- I. São aplicáveis as seguintes definições ao presente Caderno de Encargos, exceto quando o texto explicitamente o exija de outra forma:
- a) SMC - significa Sistema de Medição de Caudais;
 - b) Pessoal do Cocontratante – Inclui todos os trabalhadores ou colaboradores do Cocontratante, bem como todos os subcontratados e seus trabalhadores utilizados nas tarefas da Aquisição de Serviços.
 - c) Anomalia – significa qualquer ocorrência que altere o normal funcionamento do SMC;
 - d) Coordenador da Aquisição de Serviços – significa o responsável pela coordenação de todos os trabalhos integrantes da Aquisição de Serviços e que reporta ao Diretor Técnico da Aquisição de Serviços;
 - e) Diretor Técnico da Aquisição de Serviços – significa o responsável, designado pelo Cocontratante, pela condução e gestão de todas as matérias e responsabilidades deste, no que diz respeito ao Contrato com a Tejo Atlântico, do ponto de vista Jurídico, Administrativo e Técnico. O Diretor Técnico da Aquisição de Serviços tem a seu cargo, nomeadamente, a verificação, coordenação e vigilância da correta realização de todos os trabalhos adjudicados, a gestão de toda a equipa de manutenção nos capítulos técnico, de planeamento, distribuição e controlo das atividades e de cariz disciplinar, assim como por todos os procedimentos e atos em matéria de Qualidade, Higiene, Segurança, Saúde no Trabalho e Ambiente. No âmbito da Aquisição de Serviços assumirá ainda responsabilidade pessoal pelo cumprimento da legislação aplicável às instalações/equipamentos objeto da presente Aquisição de Serviços;
 - f) Equipa de Manutenção – significa o conjunto de profissionais que, obedecendo ao perfil e características definidas no Caderno de Encargos, desenvolvam todas as ações incluídas no âmbito da Aquisição de Serviços, nos termos deste Caderno de Encargos;

- g) Equipamento com segurança intrínseca – são todos os aparelhos, circuitos ou sistemas, em que nenhuma faísca ou nenhum efeito térmico produzido, normal ou acidentalmente, é capaz de provocar, nas condições de teste prescrito na normalização, a ignição de uma atmosfera explosiva; estes aparelhos, circuitos ou sistemas possuem certificação de segurança intrínseca, de acordo com a legislação nacional aplicável, ou, quando em falta inexistente, de acordo com a legislação europeia ou norte-americana;
- h) Espaço confinado – é qualquer local com aberturas limitadas de entrada e saída, com ventilação natural desfavorável e níveis deficientes de oxigénio, podendo conter ou produzir contaminantes químicos tóxicos ou inflamáveis e que não está concebido para uma ocupação continuada por trabalhadores;
- i) Medidor de Caudal – é um elemento constituinte do SMC que mede o caudal transportado num determinado ponto da rede de coletores, numa estação elevatória, ou numa instalação de tratamento, do Sistema Multimunicipal de Saneamento da Tejo Atlântico; É, em regra, dotado de telemetria, possibilitando a transmissão dos dados recolhidos para a unidade de processamento instalada nos Serviços Centrais da Tejo Atlântico; inclui todos os componentes e acessórios indispensáveis ao seu bom funcionamento;
- j) Ponto de Medição – Local onde é efetuada a medição de caudal;
- k) Técnico Responsável pela Coordenação de Segurança durante a realização dos serviços (Técnico Superior de SHST) – significa o responsável pela implementação e melhoria contínua do Sistema de Segurança;
- l) Trabalhos Sistemáticos – são todos os trabalhos executados de acordo com os planeamentos elaborados pelo Cocontratante e aprovados pela Tejo Atlântico, conforme previsto neste Caderno de Encargos e no âmbito do Contrato.
- m) Trabalhos Não Sistemáticos – são todos os trabalhos que não se enquadram na alínea anterior, e que devam ser executados por solicitação da Tejo Atlântico e/ou por iniciativa do Cocontratante, desde que previamente aprovados pela Tejo Atlântico, no âmbito do Contrato.
- n) Valor Diário do Contrato – corresponde ao valor total dos trabalhos sistemáticos contratados para 1 (um) ano, dividido por 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias. Não inclui trabalhos não sistemáticos, nem o fornecimento de peças de reserva.

Cláusula 3.^a

Contrato

- I. O contrato integra os seguintes elementos:
 - a) Os suprimimentos dos erros e das omissões do Caderno de Encargos identificados pelos interessados e expressamente aceites pelo órgão competente para a decisão de contratar, nos termos do disposto no artigo 50.º do CCP;
 - b) Os esclarecimentos e as retificações relativos ao Caderno de Encargos;
 - c) O presente Caderno de Encargos e seus anexos, que dele fazem parte integrante;
 - d) A proposta adjudicada;
 - e) Os esclarecimentos sobre a proposta adjudicada prestados pelo Concorrente;
 - f) O respetivo clausulado contratual e os seus anexos.
2. Sem prejuízo do disposto no número seguinte, em caso de divergência entre os vários documentos que integram o contrato, a prevalência é determinada pela ordem por que vem enunciados no número anterior.
3. Os ajustamentos propostos pela Tejo Atlântico, nos termos previstos no artigo 99.º do CCP e aceites pelo Adjudicatário, nos termos previstos no artigo 101.º do código prevalecem sobre todos os documentos previstos no n.º I da presente cláusula.

Cláusula 4.^a

Local e conteúdo da Aquisição de Serviços

1. O objeto da presente Aquisição de Serviços incidirá sobre a realização dos serviços referidos genericamente na Cláusula 1.^a e, especificamente, em 2 (*dois*) lotes distintos, Lote I e Lote II.
2. Os equipamentos foram agrupados em lotes, em função do seu fabricante, conforme especificado nos **Anexos III e IV** do Caderno de Encargos.
3. A Aquisição de Serviços desenvolver-se-á na área de concessão da Tejo Atlântico, nomeadamente nos municípios incluídos na zona sul da Tejo Atlântico, designadamente: Amadora, Cascais, Lisboa, Loures, Mafra, Odivelas, Oeiras, Sintra e Vila Franca de Xira.

Cláusula 5.^a

Procedimentos e documentos normativos

1. Para além das regras e procedimentos referidos no presente Caderno de Encargos, o Cocontratante fica obrigado ao cumprimento da legislação nacional e comunitária aplicada à Aquisição de Serviços e dos requisitos das normas em que a Tejo Atlântico, se encontra certificada, atual ou futuramente, designadamente NP EN ISO 9001, NP EN ISO 14001, NP EN ISO 45001, NP EN 50001, NP EN ISO 55001, ISO 22000, ERP 5001 e SA 8000, e que se relacionem com os trabalhos a realizar.
2. Caso exista alguma alteração no âmbito da certificação e/ou nos referenciais implementados ou a implementar pela Tejo Atlântico, durante a vigência do contrato, o Cocontratante deve de igual modo assegurar o cumprimento dos respetivos requisitos.

Cláusula 6.^a

Prazo Contratual

1. O(s) contrato(s), celebrados individualmente para cada lote, inicia(m)-se no dia útil seguinte ao da sua outorga, a qual terá lugar mediante recurso a assinatura digital considerando-se outorgado(s) na última data de aposição de assinatura, mantendo-se em vigor pelo prazo de 1 (*um*) ano, renovável por 2 (*dois*) períodos de 1 (*um*) ano, até ao limite máximo de 3 (*três*) anos, caso não seja denunciado pela Tejo Atlântico, com a antecedência máxima de 30 (*trinta*) dias relativamente ao termo inicial ou renovado, por carta registada, com aviso de receção, sem prejuízo das obrigações acessórias que perdurem para além da cessação do(s) contrato(s).
2. Se, antes de decorrido o prazo acima mencionado, se atingir o pagamento do preço total do(s) contrato(s), operará o respetivo termo com a encomenda dos serviços que a tal conduzam e o(s) contrato(s) extinguir-se-á(ão) com o pagamento destes, sem prejuízo das obrigações acessórias que devam perdurar para além da cessação deste(s).

CAPÍTULO II

OBRIGAÇÕES DAS PARTES

SECÇÃO I

OBRIGAÇÕES DO COCONTRATANTE

Cláusula 7.^a

Obrigações do Cocontratante

- I. Sem prejuízo de outras obrigações previstas na legislação aplicável e no presente Caderno de Encargos e respetivos anexos que dele fazem parte integrante, constituem obrigações principais do Cocontratante, as seguintes:
- a) Executar a Aquisição de Serviços, nos termos definidos no presente Caderno de Encargos e respetivos anexos, com absoluta subordinação aos princípios da ética profissional, isenção, independência, zelo e competência;
 - b) Afetar à Aquisição de Serviços todos os recursos materiais e humanos necessários ao bom cumprimento da mesma;
 - c) No caso de o Cocontratante, por razões de natureza excecional, necessitar de realizar qualquer parte dos trabalhos por subcontratação, requererá, previamente, a autorização à Tejo Atlântico, indicando o subcontratado a que pretende recorrer, fazendo acompanhar o pedido de autorização, dos elementos comprovativos e esclarecedores da necessidade invocada e da capacidade e competência dos subcontratados que propõe, devendo a Tejo Atlântico pronunciar-se no prazo de 30 (*trinta*) dias, findo o qual, o pedido será considerado como tacitamente aceite;
 - d) A Tejo Atlântico reserva-se o direito de aceitar, ou não, a utilização dos subcontratados propostos, de acordo com o mencionado na alínea anterior, sem ter de justificar tal decisão, não acarretando a aceitação pela Tejo Atlântico, relativamente à diminuição da responsabilidade do Cocontratante;
 - e) Providenciar aos seus trabalhadores, todos os equipamentos de proteção individual e coletiva, necessários para a realização dos trabalhos, contemplados na presente Aquisição de Serviços;
 - f) Possuir todas as autorizações, consentimentos, aprovações, registos e licenças necessários para o pontual cumprimento das obrigações assumidas nos contratos a celebrar;

- g) Assegurar que todos os trabalhadores afetos à execução contratual prestam a sua atividade em regime de contrato sem termo, conforme disposto no artigo 419.º-A, aplicável por remissão do n.º 2 do artigo 451.º, ambos do CCP, disponibilizando à Tejo Atlântico, sempre que lhe seja solicitado, os respetivos documentos comprovativos;
- h) A Tejo Atlântico reserva-se o direito de ordenar a substituição de qualquer elemento afeto à Aquisição de Serviços, incluindo subcontratados, quando entender que não existem garantias de boa condução técnica dos serviços que lhe forem cometidos ou ainda no caso de, por si, ou pelos seus agentes, terem aqueles comportamentos inadequados;
- i) Responder por todos os atos de quaisquer pessoas que, no âmbito da presente Aquisição de Serviços, para ele exerçam funções, sem prejuízo da responsabilidade que possa ser exigida pela Tejo Atlântico, a essas mesmas pessoas;
- j) Participar em reuniões de trabalho, quando solicitadas pela Tejo Atlântico;
- k) Sujeitar-se à ação fiscalizadora da Tejo Atlântico, de acordo com os termos da Cláusula 19.ª do presente Caderno de Encargos;
- l) Prestar as informações que forem solicitadas pela Tejo Atlântico;
- m) Comunicar à Tejo Atlântico, logo que deles tenha conhecimento, os factos que tornem total ou parcialmente impossível o cumprimento de qualquer das suas obrigações;
- n) Comunicar à Tejo Atlântico, todos os incidentes ou acidentes suscetíveis de envolver a sua responsabilidade, dentro das 24 (*vinte e quatro*) horas seguintes à sua ocorrência;
- o) Assumir a responsabilidade por todos e quaisquer danos e prejuízos causados à Tejo Atlântico e a terceiros, que resultem das suas atividades, exercidas no âmbito do contrato a celebrar, competindo-lhe proceder às reparações necessárias com o devido acompanhamento da Tejo Atlântico, ou a indemnizar quando se trate de danos ou prejuízos em que uma reparação não possa ter lugar (*intangíveis*);
- p) A Tejo Atlântico não se responsabiliza por quaisquer danos causados no equipamento e material afeto à Aquisição de Serviços, nem por quaisquer danos ou acidentes sofridos pelos agentes, funcionários, colaboradores ou trabalhadores ao serviço do Cocontratante, salvo se resultarem de culpa, devidamente comprovada, dos trabalhadores da Tejo Atlântico, no exercício das suas funções;

- q) Cumprir e fazer cumprir as disposições constantes no Manual de Fornecedores da Tejo Atlântico, disponível no sítio eletrónico: https://www.aguasdotejoatlantico.adp.pt/sites/aguasdotejoatlantico.adp.pt/files/paginas_base/pdfs/Regulamentos/2018.07.03_manual_de_fornecedores_adta.pdf.
2. A título acessório, o Cocontratante fica ainda obrigado, designadamente, a recorrer a todos os meios humanos, materiais e informáticos que sejam necessários e adequados à Aquisição de Serviços, bem como ao estabelecimento do sistema de organização necessário à perfeita e completa execução das tarefas a seu cargo.
3. No prazo de 5 (*cinco*) dias a contar da celebração do contrato, o Cocontratante deve entregar a seguinte documentação à coordenação de segurança da Tejo Atlântico:
- a) Cópia da Declaração de Situação Contributiva Regularizada da Segurança Social;
 - b) Cópia da Certidão de Situação Tributária Regularizada dos Serviços de Finanças;
 - c) Cópia da Apólice de Seguros de Acidentes de Trabalho atualizada, do(s) respetivo(s) recibo(s) de prémio(s), indicação das coberturas atualizadas e condições particulares;
 - d) Cópia da apólice de seguros de Responsabilidade Civil atualizada, do(s) respetivo(s) recibo(s) de prémio(s) e condições particulares;
 - e) Cópia das folhas de remunerações enviadas à Segurança Social apenas com nomes;
 - f) Cópia do Horário de Trabalho com o nome da Aquisição de Serviços;
 - g) Listagem com a identificação dos elementos da equipa a afetar à execução da Aquisição de Serviços;
 - h) Documentos de identificação ou fichas de identificação do seu pessoal com fotografia;
 - i) Cópia dos registos da entrega de EPI's aos trabalhadores;
 - j) FAM (Ficha de Aptidão Médica) dos trabalhadores.
 - k) Relativamente aos equipamentos de trabalho a incorporar na Aquisição de Serviços, deve ser fornecida a seguinte documentação:
 - i. Declaração de conformidade CE;
 - ii. Fichas de Registo de Inspeção;
 - iii. Plano de manutenções;
 - iv. Manual do equipamento em português;
 - v. Verificação pelo DL n.º 50/2005;
 - vi. Seguro.

4. O Cocontratante fica obrigado a proceder à identificação e avaliação dos aspetos e impactes ambientais, associados à Aquisição de Serviços, no prazo de 15 (*quinze*) dias, após a outorga do contrato.
5. O Cocontratante fica obrigado a proceder à identificação de perigos, à avaliação e ao controlo dos riscos, tendo em consideração exposições aos agentes químicos, físicos e biológicos e aos fatores de risco específicos, para todos os trabalhos a realizar, através da elaboração e implementação de um Procedimento Específico de Segurança (PES), apresentando todos os elementos que venham a ser exigidos e, nomeadamente, os que sejam considerados importantes para planear os trabalhos e/ou para garantir a segurança ou preservar a saúde dos trabalhadores, com apresentação dos Planos de Monitorização e de Prevenção, Instruções de Trabalho, Planos de Formação e Informação, Autorizações de Trabalhos, entre outros.
6. O Cocontratante fica obrigado a apresentar o Procedimento Específico de Segurança (PES) para a Aquisição de Serviços, no prazo de 15 (*quinze*) dias após a assinatura do contrato e antes do início dos trabalhos, à Tejo Atlântico. O referido PES será objeto de apreciação pela Tejo Atlântico que o aprovará ou determinará a sua correção, se tal se mostrar necessário, podendo apenas iniciar os trabalhos após a aprovação do PES.
7. No âmbito do PES, o Cocontratante fica sujeito ao cumprimento de todas as disposições legais e regulamentares em vigor sobre Segurança, Higiene e Saúde no Trabalho, sendo da sua conta os encargos que de tal resultem.

Cláusula 8.^a

Receção dos elementos a produzir ao abrigo do contrato

- I. No prazo de 14 (*catorze*) dias úteis a contar da entrega dos elementos referentes à execução do contrato, nomeadamente os indicados no número 6 da Cláusula 7.^a do Caderno de Encargos e no número 5 da Cláusula 1.^a do **Anexo I** ao presente Caderno de Encargos, a Tejo Atlântico procede à respetiva análise, com vista a verificar se os mesmos reúnem as características, especificações e requisitos técnicos definidos no Caderno de Encargos e respetivos anexos, e na proposta adjudicada, bem como outros requisitos exigidos por lei.

2. No prazo de 15 (quinze) dias, a contar da data de entrega do Plano de resolução das não conformidades, de acordo com o mencionado no número 9.3 da Cláusula 2.^a do **Anexo I** ao presente Caderno de Encargos, a Tejo Atlântico procede à respetiva análise, com vista a verificar se o mesmo reúne a informação requerida.
3. Na análise a que se refere o número anterior, o Cocontratante deve prestar a Tejo Atlântico toda a cooperação e todos os esclarecimentos necessários.
4. No caso de a análise a que se refere o n.º 1 não comprovar a conformidade dos elementos entregues com as exigências legais, ou no caso de existirem discrepâncias com as características, especificações e requisitos técnicos definidos no Caderno de Encargos e respetivos anexos, a Tejo Atlântico deve informar, por escrito, o Cocontratante.
5. No caso previsto no número anterior, o Cocontratante deve proceder, à sua custa e no prazo razoável que for determinado pela Tejo Atlântico, às alterações e complementos necessários para garantir o cumprimento das exigências legais e das características, especificações e requisitos técnicos exigidos.
6. Após a realização das alterações e complementos necessários, a Tejo Atlântico procede a nova análise, nos termos do n.º 1.
7. Caso a análise a que se refere o n.º 1 comprove a conformidade dos elementos entregues pelo Cocontratante com as exigências legais, e neles não sejam detetadas quaisquer discrepâncias com as características, especificações e requisitos técnicos definidos no Caderno de Encargos e respetivos anexos, deve ser emitida uma declaração de aceitação por parte da Tejo Atlântico.
8. A emissão da declaração a que se refere o número anterior não implica a aceitação de eventuais discrepâncias com as exigências legais ou com as características, especificações e requisitos técnicos definidos no presente Caderno de Encargos.

Cláusula 9.^a

Transferência de propriedade

Com a aceitação a que se refere o n.º 7 da cláusula anterior, ocorre a transferência da posse e da propriedade dos elementos a desenvolver ao abrigo do contrato para a Tejo Atlântico, incluindo os direitos de autor sobre todas as criações intelectuais abrangidas pelos serviços a prestar.

Cláusula 10.^a

Conformidade e operacionalidade dos serviços

O Cocontratante fica sujeito com as devidas adaptações e no que se refere aos elementos entregues à Tejo Atlântico em execução do contrato, às exigências legais, obrigações do Cocontratante e prazos respetivos aplicáveis aos contratos de aquisição de bens móveis, nos termos do CCP e demais legislação aplicável.

Cláusula 11.^a

Dever de sigilo

1. O Cocontratante obriga-se a não divulgar quaisquer informações e documentação, técnica e não técnica, comercial ou outra, relativa à Tejo Atlântico, de que venha a ter conhecimento ao abrigo ou em relação com a execução do contrato.
2. O Cocontratante obriga-se também a não utilizar as informações obtidas para fins alheios à execução do contrato.
3. O Cocontratante obriga-se a remover e destruir no termo final do prazo contratual todo e qualquer registo, em papel ou eletrónico, que contenha dados ou informações referentes ou obtidas na execução do contrato e que a Tejo Atlântico lhe indique para esse efeito.
4. O dever de sigilo mantém-se em vigor até ao termo do prazo de 5 (*cinco*) anos após a extinção das obrigações decorrentes do contrato, sem prejuízo da sujeição subsequente a quaisquer deveres legais relativos, designadamente, à proteção de segredos comerciais ou da credibilidade, do prestígio ou da confiança devidos às pessoas coletivas.

Cláusula 12.^a

Tratamento de dados pessoais

1. No caso de o Cocontratante necessitar de aceder a dados pessoais no decurso da execução do contrato, deve fazê-lo exclusivamente na medida do estritamente necessário para integral e adequada prossecução dos fins constantes do contrato, na qualidade de subcontratante, e por conta e de acordo com as instruções da Tejo Atlântico, nos termos da legislação aplicável à proteção de dados pessoais.
2. O Cocontratante não pode proceder à reprodução, gravação, cópia ou divulgação dos dados pessoais para outros fins que não constem do contrato, ou para proveito próprio.

3. O Cocontratante deve cumprir rigorosamente as instruções da Tejo Atlântico no que diz respeito ao acesso, registo, transmissão ou qualquer outra operação de tratamento de dados pessoais.
4. O Cocontratante deve proceder à implementação de medidas de segurança de tratamento de dados pessoais e adotar medidas técnicas e organizativas para proteger os dados contra destruição acidental ou ilícita, perda acidental, alterações, difusão ou acesso não autorizados, e contra qualquer outra forma de tratamento ilícito dos mesmos.
5. O Cocontratante deve tomar as medidas adequadas para assegurar a idoneidade dos seus trabalhadores ou colaboradores, a qualquer título, que tenham acesso aos dados pessoais fornecidos pela Tejo Atlântico, ou por quem atue em representação deste.
6. As medidas a que se refere o número anterior devem garantir um nível de segurança adequado em relação aos riscos que o tratamento de dados apresenta, à natureza dos dados a proteger e aos riscos, de probabilidade e gravidade variável para os direitos e liberdades das pessoas singulares.
7. O Cocontratante deve assegurar que o acesso aos dados pessoais é limitado às pessoas que efetivamente necessitam de aceder aos mesmos para cumprir com as obrigações impostas pelo presente contrato e que os trabalhadores, colaboradores ou subcontratados assumiram um compromisso de confidencialidade ou estão sujeitos a adequadas obrigações legais de confidencialidade, sendo o Cocontratante responsável pela utilização dos dados pessoais por parte dos mesmos;
8. Mediante solicitação escrita da Tejo Atlântico, o Cocontratante deve, no prazo de 15 (*quinze*) dias, informar quais as medidas tomadas para assegurar o cumprimento dos deveres referidos nos números anteriores.
9. O Cocontratante deve comunicar de imediato à Tejo Atlântico quaisquer reclamações ou questões colocadas pelos titulares dos dados pessoais.
10. O Cocontratante encontra-se adstrito a notificar de imediato a Tejo Atlântico de qualquer monitorização, auditoria ou controlo por parte de entidades reguladoras/de supervisão de que seja objeto.
11. Se o Cocontratante tomar conhecimento, ou suspeitar, de violações de dados pessoais que resultem, ou possam resultar, na destruição acidental ou não autorizada de dados, na perda, alteração, acesso ou revelação não autorizada dos dados, deve notificar, por escrito, a Tejo Atlântico disponibilizando-lhe uma descrição da violação de dados ocorrida, informando-o das categorias e número de titulares de dados afetados, das prováveis consequências da

violação, assim como fornecer-lhe qualquer outra informação que a Tejo Atlântico possa razoavelmente solicitar.

12. Quando se verifique uma violação de dados pessoais, por causas imputáveis ao Cocontratante, este compromete-se a adotar as seguintes medidas, sem quaisquer custos adicionais para a Tejo Atlântico:
 - a) Tomar de imediato as medidas necessárias para investigar a violação ocorrida, identificar e prevenir a repetição dessa violação, e encetar esforços razoáveis para mitigar os efeitos dessa violação;
 - b) Desenvolver as ações necessárias para remediar a violação; e
 - c) Documentar todas as circunstâncias referentes à violação para efeitos de controlo por parte da autoridade de supervisão.
13. O Cocontratante obriga-se a ressarcir a Tejo Atlântico por todos os prejuízos em que este venha a incorrer em virtude da utilização ilegal e/ou ilícita de dados pessoais, nomeadamente por indemnizações e despesas em que tenha incorrido na sequência de reclamações ou processos propostos pelos titulares dos dados, bem como por taxas, coimas e multas que tenha de pagar.
14. O incumprimento dos deveres estabelecidos na presente cláusula por parte do Cocontratante e a verificação de inexistência de garantias de *compliance* do Cocontratante é fundamento de resolução do presente contrato com justa causa pela Tejo Atlântico, podendo implicar o dever de indemnização por eventuais violações que lhe sejam imputadas.

Cláusula 13.^a

Conservação de dados pessoais

1. O Cocontratante deve apagar e destruir os dados pessoais tratados quando os mesmos deixarem de ser necessários para a execução do contrato, e sempre em prazo não superior a 1 (um) ano após a cessação do contrato que esteve na base da licitude do seu tratamento e de acordo com as instruções dadas pela Tejo Atlântico.
2. Dependendo da opção da Tejo Atlântico, o Cocontratante apagará ou devolverá todos os dados pessoais, depois de concluída a execução do Contrato, apagando as cópias existentes, a menos que a conservação dos dados seja exigida ao abrigo da legislação aplicável.

Cláusula 14.^a

Transferência de dados pessoais

O Cocontratante não pode transferir quaisquer dados pessoais para outra entidade, independentemente da sua localização, salvo autorização prévia e escrita da Tejo Atlântico, exceto se o Cocontratante for obrigado a fazê-lo pela legislação aplicável, ficando obrigado a informar, nesse caso, a Tejo Atlântico antes de proceder a essa transferência.

Cláusula 15.^a

Dever de cooperação

- I. O Cocontratante deve cooperar com a Tejo Atlântico, mediante solicitação, designadamente nas seguintes situações:
 - a) Quando um titular de dados pessoais exerça os seus direitos ou cumpra as suas obrigações nos termos da legislação aplicável, relativamente aos dados pessoais tratados pelo Cocontratante em representação da Tejo Atlântico;
 - b) Quando qualquer das empresas do Grupo AdP deva cumprir ou dar sequência a qualquer avaliação, inquérito, notificação ou investigação da Comissão Nacional de Proteção de Dados ou entidade administrativa com atribuições e competências legais equiparáveis.

SECÇÃO II

OBRIGAÇÕES DA TEJO ATLÂNTICO

Cláusula 16.^a

Preço base e Preço contratual

- I. O preço contratual global não pode ser superior a **800.000,00€** (*oitocentos mil euros*), para os 3 (*três*) anos de duração máxima de vigência contratual, tendo em consideração a seguinte divisão para cada um dos 2 (*dois*) Lotes, objeto do contrato, nomeadamente:
 - a) **Lote 1** - Manutenção do Sistema de Medição de Caudais da zona sul da Águas do Tejo Atlântico - ADS, FLOWTRONIC: **450.000,00€** (*quatrocentos e cinquenta mil euros*);
 - b) **Lote 2** - Manutenção do Sistema de Medição de Caudais da zona sul da Águas do Tejo Atlântico – NIVUS: **350.000,00€** (*trezentos e cinquenta mil euros*).

2. Pela Aquisição de Serviços objeto do contrato, bem como pelo cumprimento das demais obrigações constantes do presente Caderno de Encargos, a Tejo Atlântico deve pagar ao Cocontratante, para ambos os lotes objeto do contrato, o preço resultante da aplicação dos preços unitários, constantes da proposta adjudicada, aos serviços efetivamente prestados e aos bens efetivamente fornecidos, durante o período contratual, acrescido de IVA à taxa legal em vigor, se este for legalmente devido.
3. O regime da Aquisição de Serviços e o seu pagamento é em regime de componente variável, em função dos serviços efetivamente realizados e dos bens efetivamente fornecimentos, nos termos do disposto no Caderno de Encargos e respetivo **Anexo I**.
4. O preço referido no número 2 desta Cláusula inclui todos os custos, encargos e despesas cuja responsabilidade não esteja expressamente atribuída à Tejo Atlântico, incluindo as despesas de alojamento, alimentação e deslocação de meios humanos, despesas de aquisição, transporte, armazenamento e manutenção de meios materiais, bem como quaisquer encargos decorrentes da utilização de marcas registadas, patentes ou licenças e outros direitos de propriedade industrial.
5. Revisão de preços
 - 5.1 Atualização dos preços da Aquisição de Serviços:
 - a) O regime da Aquisição de Serviços objeto do presente concurso e o seu pagamento está sujeito a uma atualização anual de preços que dará origem a uma fatura específica e distinta das correspondentes aos pagamentos mensais;
 - b) A fatura relativa à atualização anual será calculada e emitida no final de cada renovação do contrato, de acordo com o mencionado no número 1 da Cláusula 6.^a do presente Caderno de Encargos;
 - c) O cálculo da atualização anual de preços incide sobre a faturação de cada período da renovação do contrato;
 - d) O preço unitário contratualizado será anualmente revisto, a pedido do Cocontratante, após 1 (um) ano de contrato, se este for renovado, pela aplicação da seguinte fórmula:

$$C = IPC_t / IPC_0$$

em que:

- i. IPCt - Índice de preços no consumidor (sem habitação), no continente, relativamente ao mês em que se faz a renovação do contrato;
 - ii. IPC0 - Índice de preço no consumidor (sem habitação), no continente relativamente ao mês anterior à data da apresentação da proposta;
 - iii. C - Fator multiplicativo a aplicar aos preços em revisão, com uma aproximação de 6 (seis) casas decimais e arredondadas para mais, quando o valor da 7.^a (sétima) casa decimal seja igual ou superior a 5 (cinco), mantendo-se o valor da 6.^a (sexta) casa decimal, no caso contrário.
- e) Os índices indicados serão os publicados no portal do Instituto Nacional de Estatística (INE);
- f) Só haverá lugar a atualização de preços quando a variação, para mais ou para menos, do coeficiente de atualização, for igual ou superior a 1% (*um por cento*) em relação à unidade.

Cláusula 17.^a

Condições de pagamento

1. A(s) quantia(s) devidas pela Tejo Atlântico, nos termos da Cláusula anterior, deve(m) ser paga(s) no prazo de 30 (*trinta*) dias após a receção por esta das respetivas faturas, as quais só podem ser emitidas após o vencimento da obrigação respetiva.
2. Para os efeitos do número anterior, a obrigação considera-se vencida após o integral cumprimento das obrigações contratuais mensais decorrentes da Aquisição de Serviços, de acordo com o mencionado no número seguinte.
3. Os pagamentos serão efetuados, por lote, de acordo e em função dos serviços efetivamente prestados e dos bens efetivamente fornecidos, tendo por referência a Lista de Preços Unitários adjudicada, não havendo obrigatoriedade de solicitação de quantidades mínimas de serviços ou de bens, nos seguintes termos:
 - 3.1 O pagamento dos Trabalhos Sistemáticos e Não Sistemáticos terá por base os preços unitários da Proposta adjudicada e os trabalhos incluídos no Contrato, efetivamente realizados mensalmente, sendo o seu valor determinado por medição, com observância do disposto nos números seguintes.

- 3.2 A Tejo Atlântico pagará ao Cocontratante, a totalidade do preço contratado para cada serviço de Trabalhos Sistemáticos, após a entrega do respetivo relatório da intervenção pelo Cocontratante, nos termos indicados no número I da Cláusula 6.^a do **Anexo I** ao Caderno de Encargos e aprovação pela Tejo Atlântico, de acordo com o mencionado no número I da Cláusula 8.^a do Caderno de Encargos. A não entrega pelo Cocontratante ou a não aprovação pela Tejo Atlântico, do relatório da intervenção, implica a ausência total de pagamento, independentemente da respetiva Manutenção Preventiva já ter sido realizada ou não pelo Cocontratante.
- 3.3 A Tejo Atlântico pagará ao Cocontratante, a totalidade do preço contratado para cada serviço de Trabalhos Não Sistemáticos, apenas quando a qualidade dos dados (ausência de dados, alteração devido a problemas no medidor ou erros de medição sistemáticos) não seja afetada num período superior a 3 (três) dias, após a emissão do pedido de manutenção pela Tejo Atlântico.
- 3.4 A Tejo Atlântico pagará ao Cocontratante apenas 70% (*setenta por cento*) do preço contratado para cada serviço de Trabalhos Não Sistemáticos, sempre que a qualidade dos dados (ausência de dados, alteração de padrão devido a problemas no medidor ou erros de medição sistemáticos) seja afetada por um período superior a 3 (três) dias e inferior a 10 (dez) dias, após emissão do pedido de manutenção pela Tejo Atlântico.
- 3.5 Sempre que a qualidade dos dados (ausência de dados, alteração de padrão devido a problemas no medidor de caudal ou erros de medição sistemáticos) seja afetada por um período superior a 10 (dez) dias, após a emissão do pedido de manutenção pela Tejo Atlântico, não haverá lugar a qualquer pagamento.
- 3.6 Para efeitos do disposto em 3.3, 3.4 e 3.5, serão tidos em conta fatores, devidamente evidenciados, tais como:
- a) Impossibilidade de acesso aos equipamentos, devido à permanência de caudais resultantes de episódios de precipitação intensa;
 - b) Necessidade de intervenção prévia da Tejo Atlântico (limpeza ou desobstrução de coletor ou câmara de visita ou intervenção de caráter estrutural) que impossibilitem a ação do Cocontratante;
 - c) Indisponibilidade de acesso ao ponto de medição provocada por terceiros;
 - d) Inexistência de peças de reserva (estando o Cocontratante obrigado a cumprir o disposto no ponto 7.1. do número 7 da Cláusula 2.^a do **Anexo I** ao presente Caderno de Encargos;

- e) Anomalias nas comunicações ou no abastecimento de energia elétrica.
- 3.7 Os pagamentos previstos em 3.3 e 3.4 serão realizados, apenas, após entrega, pelo Cocontratante, do respetivo relatório da intervenção, nos termos indicados no número I da Cláusula 6.^a do **Anexo I** do Caderno de Encargos e aprovação pela Tejo Atlântico, de acordo com o mencionado no número I da Cláusula 8.^a. A não entrega pelo Cocontratante, ou a não aprovação pela Tejo Atlântico do relatório da intervenção, implica a ausência total de pagamento, independentemente do respetivo Trabalho Sistemático já ter sido realizado ou não pelo Cocontratante.
- 3.8 O pagamento do fornecimento de peças de reserva ou da reparação dos componentes do sistema, ou de quaisquer outros fornecimentos e montagens eventuais no âmbito do Contrato, será feito tendo por base a Lista de Preços Unitários da proposta adjudicada, após a entrega dos mesmos, nas condições especificadas neste Caderno de Encargos e mediante a apresentação de fatura.
- 3.9 Sempre que, durante uma intervenção sistemática ou não sistemática, for necessário proceder à substituição de qualquer dos componentes do SMC da Zona Sul da Tejo Atlântico, novo ou reparado, esta deve ser feita ao abrigo da mesma, sem acréscimo de custos para a Tejo Atlântico, sendo apenas cobrado o valor da manutenção em causa e do componente substituído conforme lista de preços contratuais.
4. Em caso de discordância por parte da Tejo Atlântico, quanto aos valores indicados nas faturas, deve esta comunicar, por escrito, ao Cocontratante, os respetivos fundamentos, ficando este obrigado a prestar os esclarecimentos necessários ou proceder à emissão de nova fatura corrigida.
5. A falta de pagamento dos valores contestados pela Tejo Atlântico não vence juros de mora nem justifica a suspensão das obrigações contratuais do Cocontratante, devendo, no entanto, a Tejo Atlântico proceder ao pagamento da importância não contestada.
6. Desde que devidamente emitidas e observado o disposto nos números I a 3, as faturas são pagas através de transferência bancária para a instituição de crédito indicada pelo Cocontratante.
7. No caso de suspensão da execução do contrato e independentemente da causa da suspensão, os pagamentos ao Cocontratante, serão automaticamente suspensos por igual período.

Cláusula 18.ª

Faturação

1. Sem prejuízo do disposto no artigo 9.º do Decreto-Lei n.º 111-B/2017, de 31 de agosto, na sua redação atual, as faturas a apresentar pelo Cocontratante à Tejo Atlântico, emitidas em formato eletrónico (EDI), em observância com o disposto no artigo 299.º-B do CCP, devem conter os elementos necessários a uma completa, clara e adequada compreensão dos valores faturados, os quais devem ser apresentados de forma desagregada.
2. A faturação deve obedecer às seguintes condições:
 - a) Ser emitida no final de cada mês de execução contratual, abrangendo todas as obrigações vencidas nesse mês, com indicação do período a que se referem os serviços e os bens faturados;
 - b) Identificar os serviços prestados e os bens fornecidos, os locais e as respetivas quantidades, no período em referência;
 - c) Identificar o número da nota de encomenda emitida pela Tejo Atlântico;
 - d) Apresentar o(s) preço(s) unitário(s) e global dos serviços prestados e dos bens fornecidos, no período em referência;
 - e) Indicar o IVA à taxa legal aplicável.
3. A Tejo Atlântico aderiu ao Portal da FE-AP para a receção de documentos em formato eletrónico (EDI), sistema suportado pela empresa eSPap – Entidade de Serviços Partilhados da Administração Pública, I.P.;
4. Para informação sobre a adesão ao referido portal deverá o Cocontratante consultar a informação disponível em: <https://www.aguasdotejoatlantico.adp.pt/content/faturacao-eletronica>;
5. Em caso de incumprimento da periodicidade da faturação, definida na cláusula anterior, resultante de facto não imputável à Tejo Atlântico, não acrescem quaisquer juros de mora;
6. A emissão de segundas vias das faturas solicitadas pela Tejo Atlântico não serão objeto de qualquer cobrança adicional.

SECÇÃO III

ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO DO CONTRATO

Cláusula 19.^a

Acompanhamento e fiscalização do modo de execução do contrato

1. A execução do contrato é permanentemente acompanhada pelo gestor do contrato designado pela Tejo Atlântico:
 - Gestor do contrato: Márcio Pedrosa
 - Morada: Fábrica de Água de Alcântara - Avenida de Ceuta. 1300-254 Lisboa
 - Telefone n.º: +351 213 107 900
 - Correio eletrónico: geral.adta@adp.pt
2. Na ausência, faltas ou impedimentos do gestor do contrato designado será o mesmo substituído por:
 - Gestor do contrato: Rita Pires
 - Morada: Fábrica de Água de Alcântara - Avenida de Ceuta. 1300-254 Lisboa
 - Telefone n.º +351 213 107 900
 - Correio eletrónico: geral.adta@adp.pt
3. No exercício das suas funções, o gestor pode acompanhar, examinar e verificar, presencialmente, a execução do contrato pelo Cocontratante.
4. Caso o gestor do contrato detete quaisquer desvios, defeitos ou outras anomalias na execução do contrato, determina ao Cocontratante, a tomada de medidas que, em cada caso, se revelem adequadas à correção dos mesmos.
5. Para o acompanhamento da execução do Contrato, o Cocontratante fica obrigado a realizar, sempre que para tal seja convocado, reuniões de coordenação com os representantes da Tejo Atlântico, das quais serão lavradas as atas, a assinar por todos os intervenientes na reunião.
6. As reuniões previstas no número anterior devem ser alvo de uma convocação escrita por parte do Cocontratante, o qual deve elaborar a agenda prévia para cada reunião.

7. As reuniões de acompanhamento referidas no número 5 da presente Cláusula deverão permitir que haja, da parte da Tejo Atlântico, conhecimento dos problemas mais relevantes ocorridos durante a Aquisição de Serviços, incluindo as questões ambientais e de segurança, as quais ficarão a constar da respetiva ata.
8. O Cocontratante fica igualmente obrigado a elaborar e entregar à Tejo Atlântico, os documentos especificados neste Caderno de Encargos, sistematizando todas as operações objeto dos serviços e evidenciando o cumprimento das obrigações emergentes do Contrato.
9. Todos os relatórios, registos, comunicações e demais documentos elaborados pelo Cocontratante devem ser integralmente redigidos em português.
10. A Tejo Atlântico, reserva-se ao direito de proceder, sempre que julgue necessário, e sem aviso prévio, a inspeções e auditorias às atividades de manutenção realizadas pelo Cocontratante, efetuadas por si ou por entidades em que tenha delegado essas funções, devendo o Cocontratante apresentar evidências objetivas do que argumenta.
11. A Tejo Atlântico reserva-se o direito de, relativamente a toda a instrumentação e equipamentos instalados, efetuar periodicamente inspeções ou auditorias técnicas pelos fabricantes, representantes autorizados ou por outras entidades tecnicamente reconhecidas, cujos custos serão suportados pela Tejo Atlântico, não dispensando este procedimento, a realização, por parte do Cocontratante, dos trabalhos de manutenção aos citados instrumentos e equipamentos, a que fica sujeito de acordo com o estabelecido neste Caderno de Encargos.
12. Sempre que o resultado das auditorias referidas nos números 10 e 11 da presente Cláusula demonstrarem incumprimento das cláusulas do Contrato, o Cocontratante obriga-se a apresentar, no prazo máximo de 15 (quinze) dias, um plano de resolução das não conformidades que, uma vez aprovado pela Tejo Atlântico, deverá ser implementado de imediato pelo Cocontratante.
13. O desempenho das funções de acompanhamento e fiscalização do modo de execução do contrato não exime o Cocontratante de responsabilidade por qualquer incumprimento ou cumprimento defeituoso das suas obrigações.

CAPÍTULO III

MODIFICAÇÃO, INCUMPRIMENTO E EXTINÇÃO DO CONTRATO

Cláusula 20.^a

Cessão da posição contratual e subcontratação do Cocontratante

1. Além da situação prevista na alínea a) do n.º I do artigo 318.º do CCP, o Cocontratante pode ceder a sua posição contratual, na fase de execução do contrato, mediante autorização da Tejo Atlântico.
2. Para efeitos da autorização a que se refere o número anterior, o Cocontratante deve apresentar uma proposta fundamentada e instruída com os documentos previstos no n.º 2 do artigo 318.º do CCP.
3. A Tejo Atlântico deve pronunciar-se sobre a proposta do Cocontratante no prazo de 30 (*trinta*) dias a contar da respetiva apresentação, desde que regularmente instruída, considerando-se o referido pedido rejeitado se, no termo desse prazo, o mesmo não se pronunciar expressamente.
4. A cessão da posição contratual a que se refere o número anterior opera por efeito do ato da Tejo Atlântico, sendo eficaz a partir da data por esta indicada.
5. Em caso de incumprimento, pelo Cocontratante, das suas obrigações, que reúna os pressupostos para a resolução do contrato, a Tejo Atlântico pode determinar que o Cocontratante ceda a sua posição contratual ao concorrente do procedimento pré-contratual na sequência do qual foi celebrado o contrato em execução, que venha a ser indicado pela Tejo Atlântico, pela ordem sequencial daquele procedimento.
6. A subcontratação pelo Cocontratante depende de autorização da Tejo Atlântico, nos termos do CCP.

Cláusula 21.^a

Execução simultânea de outros serviços da mesma natureza

1. A Tejo Atlântico, reserva-se o direito de realizar ou de mandar realizar por terceiros, sem prejuízo da execução normal do contrato, quaisquer serviços, ainda que de natureza idêntica aos serviços a cargo do Cocontratante.

2. Quando o Cocontratante considerar que o desempenho das suas obrigações contratuais está a ser comprovadamente prejudicado em virtude da realização de serviços por terceiros, poderá apresentar a sua reclamação por escrito à Tejo Atlântico, no prazo máximo de 5 (cinco) dias a contar da data de ocorrência.

Cláusula 22.^a

Sanções Contratuais

- I. Pelo incumprimento de obrigações emergentes do contrato no âmbito da presente Aquisição de Serviços, a Tejo Atlântico pode exigir ao Cocontratante, o pagamento de sanções contratuais, para ambos os lotes 1 e 2, num montante a fixar em função da gravidade do incumprimento, nos seguintes termos:
- a) Nas situações em que o Cocontratante não assegure as datas previstas para o fornecimento de peças de reserva, de acordo com o mencionado no número 7.2 da Cláusula 2.^a do **Anexo I** ao presente Caderno de Encargos, poderá ser-lhe aplicada uma sanção contratual de, até 10% (dez por cento) do preço unitário da peça de reserva em questão, constante da Lista de Preços Unitários da proposta adjudicada. Esta sanção contratual é acumulável com as restantes sanções referidas na presente Cláusula.
 - b) Nas situações em que, sem autorização da Tejo Atlântico, o Cocontratante proceder à alteração da constituição da equipa técnica ou incumprir nos tempos de afetação constantes da proposta adjudicada, poderá ser-lhe aplicada uma sanção contratual de, até 5% (cinco por cento) do Preço Contratual. Esta sanção contratual é acumulável com as restantes sanções referidas na presente Cláusula.
 - c) Sempre que a realização de qualquer intervenção de manutenção preventiva sistemática sofra um desvio ao que foi previsto nos Planos de Trabalhos Mensal aprovados, sem respeito pelo disposto no número 6.4 da Cláusula 1.^a do **Anexo I** ao presente Caderno de Encargos, a Tejo Atlântico poderá aplicar ao Cocontratante uma sanção contratual cujo montante poderá ascender ao valor diário do Contrato, conforme definido na alínea n) do número 1 da Cláusula 2.^a do presente Caderno de Encargos, e o Cocontratante deverá repetir a intervenção.
 - d) Quando a qualidade dos dados (ausência de dados, alteração de padrão devido a problemas no medidor ou erros de medição sistemáticos) seja afetada num período superior a 10 (dez) dias após a emissão da Ordem de Trabalho, a Tejo Atlântico poderá aplicar ao Cocontratante, uma sanção contratual cujo montante poderá ascender a 2

- (duas) vezes o valor diário do Preço Contratual, conforme definido na alínea n) do número 1 da Cláusula 2.ª do presente Caderno de Encargos, por cada 10 (dez) dias em que a qualidade dos dados for afetada.
- e) Sempre que a recolha local de dados sofra um desvio ao previsto no número 6.4 da Cláusula 2.ª do **Anexo I** do Caderno de Encargos, a Tejo Atlântico poderá aplicar ao Cocontratante, uma sanção contratual cujo montante poderá ascender ao valor diário do Preço Contratual, por cada 10 (dez) dias de atraso.
 - f) O Cocontratante será alvo de procedimentos de avaliação de desempenho, para ambos os lotes, tendo em consideração os requisitos do Sistema de Gestão Integrado (SGI) da Tejo Atlântico e os contratualmente definidos.
 - g) O incumprimento recorrente dos requisitos referidos na alínea anterior poderá dar origem à aplicação de sanções contratuais em função do requisito infringido, podendo ir o seu montante mensal até um valor igual ao valor diário do Preço Contratual conforme definido na alínea n) da Cláusula 2.ª do presente Caderno de Encargos.
 - h) Pelo não cumprimento dos Planos de Trabalhos Mensais aprovados pela Tejo Atlântico, nos termos do número 6 da Cláusula 1.ª do **Anexo I** ao presente Caderno de Encargos, por razões não devidamente justificadas, pode ser aplicada uma sanção contratual correspondente a 15% (*quinze por cento*), do valor da intervenção não executada, de acordo com o Plano aprovado, por cada dia de atraso;
 - i) Pelo não cumprimento dos prazos de resposta às solicitações de intervenção não sistemática, de acordo com o mencionado no número 6.2.5 da Cláusula 2.ª do **Anexo I** ao presente Caderno de Encargos, por motivo imputável ao Cocontratante, pode ser aplicada uma sanção contratual correspondente a 15% (*quinze por cento*), do valor correspondente ao serviço prestado, por cada dia de atraso.
2. O valor acumulado das sanções contratuais não pode exceder o limite máximo de 20% (*vinete por cento*) do preço contratual.
 3. Nos casos em que seja atingido o limite de 20% (*vinete por cento*) e a Tejo Atlântico decida não proceder à resolução do contrato, por dela resultar grave dano para o interesse público, aquele limite é elevado para 30% (*trinta por cento*).
 4. Todos os danos sofridos, direta e indiretamente, pela Tejo Atlântico, e/ou coimas e multas aplicadas à mesma, que resultem de atos ou omissões imputáveis ao Cocontratante, independentemente da sua natureza, serão da responsabilidade deste último e,

consequentemente, ser-lhe-ão imputáveis, tendo a Tejo Atlântico direito de regresso sobre o Cocontratante de todos os montantes pagos.

5. Pagamento das sanções contratuais:

- 5.1. A liquidação das sanções contratuais em que o Cocontratante incorra será efetuada por desconto no pagamento ou pagamentos imediatos à verificação do facto que tenha dado origem às sanções, se outra decisão não for tomada pela Tejo Atlântico;
- 5.2. Se o somatório das sanções referentes a 1 (um) mês for superior ao valor mensal do contrato, a Tejo Atlântico, poderá efetuar descontos no pagamento do mês seguinte ou acionará as cauções, de acordo com o previsto na Cláusula 26.^a do presente Caderno de Encargos e no Artigo 16.º do Programa do Concurso.

6. Notificação de aplicação das sanções:

- 6.1 Verificado qualquer dos incumprimentos mencionados na presente Cláusula, o Cocontratante será notificado, por escrito, da sanção a aplicar, a qual poderá ser cumulativa, consoante o número incumprimentos cometidos, devendo pronunciar-se no prazo limite de 5 (cinco) dias a contar da data da notificação. Não sendo aceite a justificação ou na falta de resposta, as sanções serão aplicadas com efeitos no pagamento que disser respeito à data em que as transgressões tiverem ocorrido, ou no pagamento imediato, ou por recurso à caução prestada contratualmente, nos termos da Cláusula 26.^a do presente Caderno de Encargos e do Artigo 16.º do Programa do Concurso;
 - 6.2 A pedido do Cocontratante, ou por iniciativa da Tejo Atlântico, as sanções previstas ou já aplicadas poderão ser reduzidas no seu montante, sempre que por razões justificadas, esta vier a entender que, as sanções se possam mostrar desajustadas relativamente aos prejuízos sofridos com o incumprimento objeto de sanção contratual.
7. A Tejo Atlântico pode descontar o valor das sanções contratuais devidas nos termos da presente cláusula nos pagamentos devidos ao Cocontratante.
8. As sanções contratuais previstas na presente Cláusula não obstam a que a Tejo Atlântico exija uma indemnização por dano excedente.

Cláusula 23.ª

Força maior

1. Não podem ser impostas sanções ao Cocontratante, nem é havida como incumprimento, a não realização pontual das prestações contratuais a cargo de qualquer das partes que resulte de caso de força maior.
2. Para efeitos do contrato, só são consideradas de força maior as circunstâncias que, cumulativamente e em relação à parte que as invoca:
 - a) Impossibilitem o cumprimento das obrigações emergentes do contrato;
 - b) Sejam alheias à sua vontade;
 - c) Não fossem por ela conhecidas ou previsíveis à data da celebração do contrato; e
 - d) Não lhe seja razoavelmente exigível contornar ou evitar os efeitos produzidos por aquelas circunstâncias.
3. Não constituem força maior, designadamente, quando aplicáveis:
 - 3.1 Circunstâncias que não constituam força maior para os subcontratados do Cocontratante, na parte em que intervenham;
 - 3.2 Greves ou conflitos laborais limitados às sociedades do Cocontratante ou a grupos de sociedades em que este se integre, bem como a sociedades ou grupos de sociedades dos seus subcontratados;
 - 3.3 Determinações governamentais, administrativas, ou judiciais de natureza sancionatória ou de outra forma resultantes do incumprimento pelo Cocontratante de deveres ou ónus que sobre ele recaiam;
 - 3.4 Manifestações populares devidas ao incumprimento pelo Cocontratante de normas legais;
 - 3.5 Incêndios ou inundações com origem nas instalações do Cocontratante cuja causa, propagação ou proporções se devam a culpa ou negligência sua ou ao incumprimento de normas de segurança;
 - 3.6 Avarias nos sistemas informáticos ou mecânicos do Cocontratante não devidas a sabotagem;
 - 3.7 Eventos que estejam ou devam estar cobertos por seguros.
4. A parte que invocar caso de força maior deve comunicar e justificar tal situação à outra parte, logo após a sua ocorrência, bem como informar o prazo previsível para restabelecer o cumprimento das obrigações contratuais.

5. A suspensão, total ou parcial, do cumprimento pelo Cocontratante das suas obrigações contratuais fundada em força maior, por prazo superior a 30 (*trinta*) dias, autoriza a Tejo Atlântico a resolver o contrato ao abrigo do n.º I do artigo 335.º do CCP, não tendo o Cocontratante direito a qualquer indemnização.

Cláusula 24.ª

Resolução do contrato por parte da Tejo Atlântico

1. Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução previstos no CCP e no presente Caderno de Encargos, a Tejo Atlântico, pode resolver o contrato, a título sancionatório, no caso do Cocontratante violar de forma grave ou reiterada qualquer das obrigações que lhe incumbem.
2. O direito de resolução referido no número anterior exerce-se mediante declaração enviada ao Cocontratante e não implica a repetição das prestações já realizadas pelo mesmos nos termos previstos no presente Caderno de Encargos, a menos que tal seja expressamente determinado pela Tejo Atlântico.
3. Em caso de resolução do contrato por incumprimento do Cocontratante pode ser-lhe exigida uma sanção contratual de até 20% (*vinte por cento*) do preço contratual;
4. Ao valor da sanção contratual referida no número anterior são deduzidas as importâncias pagas pelo Cocontratante ao abrigo da Cláusula 22.ª, relativamente aos serviços e fornecimento de bens objeto de contrato cujo incumprimento tenha determinado a respetiva resolução sancionatória.
5. O disposto no número 4 não prejudica o direito de indemnização nos termos gerais, não obstante a que a Entidade Adjudicante exija uma indemnização pelos danos excedentes.

Cláusula 25.ª

Resolução do contrato por parte do Cocontratante

1. O Cocontratante pode resolver o contrato com os fundamentos previstos no artigo 332.º do CCP.
2. Salvo na situação prevista na alínea c) do n.º I do artigo 322.º do CCP, o direito de resolução é exercido por via judicial.
3. A resolução do contrato não determina a repetição das prestações já realizadas pelo Cocontratante, cessando, porém, todas as obrigações deste ao abrigo do contrato.

Cláusula 26.ª

Execução da caução

1. A caução prestada, individualmente, para os lotes 1 e 2, para bom e pontual cumprimento das obrigações decorrentes do contrato, nos termos previstos no Programa do Concurso pode ser executada pela Tejo Atlântico sem necessidade de prévia decisão judicial ou arbitral, para satisfação de quaisquer créditos resultantes de mora, cumprimento defeituoso, incumprimento definitivo pelo Cocontratante das obrigações contratuais ou legais, incluindo o pagamento de sanções contratuais, ou para quaisquer outros efeitos resultantes do contrato ou da lei.
2. A resolução do contrato pela Tejo Atlântico não impede a execução da caução nos termos da lei ou do contrato.
3. Salvo no caso previsto no número anterior, a execução parcial ou total da caução constitui o Cocontratante na obrigação de proceder à sua reposição pelo valor existente antes da execução, no prazo de 15 (*quinze*) dias após a notificação da Tejo Atlântico para esse efeito.
4. A caução a que se referem os números anteriores é liberada no prazo de 30 dias termo do prazo das obrigações de correção devidas pelo Cocontratante.

Cláusula 27.ª

Seguros

1. É da responsabilidade do Cocontratante a cobertura, através de contrato de seguro, dos seguintes riscos, sem prejuízo de outros que sejam obrigatórios por lei:
 - a) Seguro de responsabilidade civil, que garanta a cobertura dos riscos e danos direta ou indiretamente emergentes da sua atuação;
 - b) Seguros de acidentes de trabalho, por parte dos membros da equipa a afetar à Aquisição de Serviços.
2. A Tejo Atlântico pode, sempre que entender conveniente, exigir prova documental da celebração dos contratos de seguro referidos no número anterior, devendo o Cocontratante fornecê-la no prazo de 5 (*cinco*) dias.

CAPÍTULO IV

DISPOSIÇÕES FINAIS

Cláusula 28.^a

Deveres de informação

1. Cada uma das partes deve informar sem demora a outra de quaisquer circunstâncias que cheguem ao seu conhecimento e possam afetar os respetivos interesses na execução do contrato, de acordo com a boa-fé.
2. Em especial, cada uma das partes deve avisar de imediato a outra de quaisquer circunstâncias, constituam ou não força maior, que previsivelmente impeçam o cumprimento ou o cumprimento tempestivo de qualquer uma das suas obrigações.
3. No prazo de 15 (quinze) dias após a ocorrência de tal impedimento, a parte deverá informar a outra do tempo ou da medida em que previsivelmente será afetada a execução do contrato.

Cláusula 29.^a

Comunicações

1. Salvo quando o contrário resulte do contrato, quaisquer comunicações entre a Tejo Atlântico e o Cocontratante relativas à execução do contrato devem ser efetuadas através de carta registada, com aviso de receção, ou correio eletrónico, entre o Gestor do Contrato designado pela Tejo Atlântico, conforme identificado na Cláusula 19.^a do presente Caderno de Encargos e o Cocontratante, para os contatos identificados em declaração do mesmo, nos termos do Anexo IX ao Programa do Concurso.
2. Qualquer alteração das informações de contacto constantes do contrato deve ser comunicada à outra parte.
3. Qualquer comunicação feita por carta registada é considerada recebida na data em que for assinado o aviso de receção ou, na falta dessa assinatura, na data indicada pelos serviços postais.
4. Qualquer comunicação feita por correio eletrónico é considerada recebida na data constante do respetivo recibo de receção e leitura remetido pelo recetor ao emissor.

Cláusula 30.^a

Foro competente

Para resolução de todos os litígios decorrentes do contrato fica estipulada a competência do Juízo de contratos Públicos do Tribunal Administrativo de Círculo de Lisboa, com expressa renúncia a qualquer outro.

Cláusula 31.^a

Direito aplicável e natureza do contrato

O contrato rege-se pelo direito português e tem natureza administrativa.

Cláusula 32.^a

Contagem dos prazos

Os prazos previstos no presente Caderno de Encargos são contínuos, correndo em sábados, domingos e dias feriados, aplicando-se à contagem dos prazos as demais regras constantes do artigo 471.º do CCP.

ANEXOS:

- ANEXO I** Termos da Aquisição de Serviços
- ANEXO II** Modelo de ficha de manutenção
- ANEXO III** Modelo de protocolo de instalação e verificação
- ANEXO IV** Modelo de mapa de registos
- ANEXO V** Lista de locais

ANEXO I

Termos da Aquisição de Serviços

(Documento Autónomo)

ANEXO II

Modelo de Ficha de Manutenção

(Documento Autónomo)

ANEXO III

Modelo de Protocolo de Instalação e Verificação

(Documento Autónomo)

ANEXO IV

Modelo de Mapa de Registos

(Documento Autónomo)

ANEXO V

Lista de Locais

(Documento Autónomo)